



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Reunião da 98ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 3 de maio de 1995.

Realizou-se, no dia 3 de maio de 1995, às 9:00 horas, na Secretaria do Meio Ambiente, na rua Tabapuã, 81, 1º andar, a 98ª Reunião Ordinária Plenária do Consema, a qual compareceram os seguintes conselheiros: **Deputado Fábio Feldmann, Marco Antônio Mróz, Alfred Szwarc, Waldemar Casadei, Rubens Harry Born, Benedito Aristides Ricilula Mattiello, Antonio Guilherme de Souza, Antônio Carlos Gonçalves, Ronaldo Malheiros Figueira, Edivon Teixeira, Alberto José Macedo Filho, Sérgio Seixas, Antônio Gerassi Neto, José Marcelino de Rezende Pinto, Arlindo Philippi Jr., Suzana Marcela Marranghello, Sílvia Morawski, Djalma Weffort de Oliveira, José Pereira de Queiroz Neto, Eduardo Pires Castanho Filho, Luiz Renato Ignarra, Eleonora Portella Arrizabalaga, Luiz Enrique Sanchez, Helena de Queiroz Carrascosa Von Glehn, Eduardo Trani, Armando Schalders Neto, Daniel Joseph Hogan, Horácio Pedro Peralta, Mário Rubens Costa, Antonio Fernando Pinheiro Pedro, João Paulo Capobianco, Dalva Christofolletti Paes da Silva, Condesmar Fernandes de Oliveira, Marlene Gabriel, João Affonso Oliveira, Alceu de Arruda Veiga Filho e Adalton Paes Manso.** Depois de declarar aberta a sessão e de ler a pauta da reunião -- 1. Ato de posse dos novos membros do Conselho para o mandato que se iniciou em 12 de abril último e se estenderá até abril de 1996; 2. Aprovação da Ata da 35ª Reunião Extraordinária do Plenário e informações da Secretaria Executiva; 3. Informações sobre licenciamento de atracadouro na Ilha das Cobras - Ilhabela (Proc. SMA.44.875/94), a serem prestadas pelo Instituto Florestal; 4. Informações sobre providências tomadas acerca de obras no Saco da Ribeira e sobre o conteúdo da Resolução SE/SRHSO/SMA nº 03/94; 5. Apreciação do relatório elaborado pela Comissão Especial de Saneamento Ambiental - CESA; 6. Exame de proposta para que a Comissão Especial que acompanha a instalação das APAs de Piracicaba e Corumbataí (Del. 50/94) tenha competência para acompanhar o processo de regulamentação das APAs de Jundiá e Cabreúva; 7. Discussão sobre o processo de implantação do "Loteamento Costa Blanca", a partir das informações coletadas pelo DAIA e pelo DEPRN; 8. Apresentação da situação da SMA: diagnóstico, problemas e propostas de solução; 9. Apresentação de relato sobre o encontro "Repensando a SMA", realizado na Fazenda Intervales, no mês de fevereiro; 10. Escolha de representantes do Consema para comporem o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Turístico e Paisagístico do Estado de São Paulo - Condephaat e o Conselho Curador da Fundação Florestal; 11. Apreciação do relatório elaborado pela Comissão Especial que analisa princípios, critérios e procedimentos relacionados ao processo de Avaliação de Impacto Ambiental e de proposta que redefine o número, atribuições e competências das Câmaras Técnicas; 12. Apreciação de moção a ser encaminhada à Assembleia Legislativa acerca de projetos de lei em tramitação naquela Casa; e 13. Exame de proposta de criação de Comissão Especial para analisar o Proc. SMA 258/94 --, o Secretário Executivo informou que a representante da Unesp, Sâmia Maria Tauk Tornisiello, comunicara encontrar-se impossibilitada de participar dos trabalhos que se iniciavam e, em seguida, passou a palavra ao Presidente do Consema, Deputado Fábio Feldmann, para que, na forma regimental, desse posse e exercício aos conselheiros recém-nomeados através do Decreto de 12 de abril de 1995, do Excelentíssimo Senhor Governador Mário Covas. O Presidente do Conselho declarou que, antes de dar posse aos novos conselheiros, gostaria de tecer algumas considerações. Uma delas sobre os motivos que determinaram a demora em ser convocada uma reunião plenária do Colegiado, destacando-se entre eles a forma precária como foi encontrado o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Governo como um todo e, em especial, a SMA. Declarou também que, com o propósito de os conselheiros obterem informações precisas sobre a situação desse órgão, solicitar-lhes-á, logo após tomarem posse, que aprovelem o pedido que encaminhará de inversão dos itens da pauta, para que lhes sejam apresentadas, em primeiro lugar e antes de qualquer outra discussão, informações acerca da situação dessa Secretaria, das propostas formuladas para solucionar seus problemas e sobre a concepção que a atual administração possui a respeito do papel que deve ser por ela desempenhado. Informou ter sido implantado, já em sua gestão, um modo de governar, o qual se consubstancia na reestruturação dos processos decisórios, que passam de agora em diante a ser orientados e dirigidos por um Colegiado do Corpo Dirigente -- criado a partir de critérios extremamente técnicos --, e que essa mudança estrutural tem como objetivo promover uma articulação horizontal, isto é, uma integração efetiva entre todos os órgãos e unidades da Secretaria, cujo objetivo último será garantir que a ação de governo se realize numa perspectiva holística. Declarou julgar importante que a SMA esteja preparada para formular as diretrizes de sustentabilidade para as outras secretarias de Estado e que essa proposta só não começou a ser implantada porque não resultou ainda, desse processo de articulação horizontal em andamento, um consenso em torno de algumas questões prioritárias. Declarou ser o princípio de legitimidade desse novo modo de governar a possibilidade que ele contém de garantir a transparência de todas as ações e medidas adotadas por cada um dos programas estaduais que se encontram em processo de elaboração, possuindo alguns deles, como horizonte máximo para sua efetiva implantação, o ano 2025. Feitas essas considerações e depois de declarar ter havido uma renovação de aproximadamente 60% do Colegiado, o Presidente do Consema, antes de lhes dar posse, pediu que os conselheiros relatassem sua experiência na área ambiental. Grosso modo, foram feitos os pronunciamentos que se seguem. O representante da Secretaria de Economia e Planejamento, Sérgio Gabriel Seixas, declarou ser arquiteto e supervisionar o trabalho de coordenação regional de todo o Estado; a representante da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Sílvia Morawski, declarou ser engenheira civil e ser sua experiência na área ambiental constituída pelos três anos de participação no Consema e em algumas das Comissões Especiais por ele criadas; o representante da Secretaria da Saúde, Antonio Guilherme de Souza, declarou ser médico, coordenar atualmente a Superintendência de Controle de Endemias e Ter sido um dos fundadores do Consema no Governo Montoro; o representante da Secretaria de Energia, Armando Schalders Neto, declarou ser arquiteto, coordenar a área de política energética e conceber energia e meio ambiente como questões intimamente interligadas; o representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Benedito Aristides Riciluca Matielo, declarou desenvolver um trabalho no Instituto de Terras, através do qual são discriminadas as terras devolutas e identificados os projetos de assentamento, e que ele possui várias interações com os problemas ambientais; o representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, Arlindo Philippi Jr., declarou que atua há 24 anos na área ambiental; o representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, José Pereira de Queiroz Neto, declarou ser professor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e militante da causa ambientalista há muitos anos e que faz parte da Comissão de Meio Ambiente da SBPC e, há dois anos, do Consema; o representante da Associação de Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar - Apoena, Djalma Weffort de Oliveira, declarou ser jornalista e militar há algum tempo na causa ambientalista; o representante do Movimento em Defesa de Ubatuba, Marco Antonio Mróz, declarou ser administrador de empresa e participar, há dez anos, do Consema; o representante do Vitae Civilis - Instituto para Desenvolvimento Meio Ambiente e Paz, Rubens Harry Born, declarou ser engenheiro civil com



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

especialização em saúde ambiental, trabalhar há dezoito anos na área ambiental e Ter sido assessor do Deputado Fábio Feldmann; o representante da Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil, José Marcelino de Rezende Pinto, declarou ser físico, professor da Universidade de São Paulo - USP, presidente do Condema de Ribeirão Preto e que, nesse momento, analisa o impacto da queimada da cana-de-açúcar naquele município; o representante do Ministério Público, Edivon Teixeira, declarou ser promotor público e vir realizando, há muitos anos, trabalhos voltados para a área ambiental; o representante da Secretaria da Habitação, Alberto José Macedo Filho, declarou exercer a função de Chefe de Gabinete e participar diretamente de alguns dos trabalhos desenvolvidos por esse órgão, o que, com certeza, fará com que tenha contato com as interfaces existentes entre as duas Secretarias; a representante da Secretaria de Educação, Marlene Gardel, declarou ser responsável pela área encarregada da elaboração dos currículos do primeiro e do segundo graus, trabalho este que possui uma estreita ligação com as questões ambientais; o representante da Cetesb, Alfred Szwarc, declarou fazer parte do Conselho de Engenharia e que representava a Secretaria do Verde no Programa de Saneamento Ambiental da Represa de Guarapiranga; o representante da Secretaria dos Transportes, Antonio da Silva Nunes, teceu considerações sobre o trabalho que vem desenvolvendo há quinze anos na área ambiental da empresa Desenvolvimento Rodoviário S/A--Dersa; o representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Antonio Gerassi Neto, declarou ser engenheiro civil e ter sido, enquanto funcionário do INCRA, membro do Consema; o representante da Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo, Luiz Renato Ignarra, declarou que vem realizando trabalhos na área ambiental; o representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Alceu de Arruda Veiga Filho, declarou ser pesquisador do Instituto de Economia Agrícola e Ter participado do grupo que elaborou o projeto de microbacias; a representante da Secretaria da Cultura, Eleonora Portella Arrizabalaga, declarou Ter como experiência na área ambiental sua participação no Consema desde 1989; o representante do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos do Estado de São Paulo, João Affonso de Oliveira, declarou atuar na área sindical há 32 anos; a representante da Associação Paulista dos Municípios - APM, Dalva Christofolletti Paes da Silva, declarou ser formada em pedagogia, sociologia e administração de empresa, ser diretora executiva da APM, professora universitária, ter trabalhado durante trinta anos na Prefeitura de Rio Claro e participar há alguns anos do Consema representando a APM, entidade em que milita há quarenta anos; o representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Eduardo Trani, declarou ser arquiteto, urbanista, professor de arquitetura e urbanismo e coordenador da CPLA; a representante da Coordenadoria de Licenciamento e Proteção dos Recursos Naturais, Helena de Queiroz Carrascosa Von Glehn, declarou que há alguns anos vinha desenvolvendo trabalho ligado à criação e implementação das Áreas de Proteção Ambiental - APAs; o representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; Mário Rubens Costa, declarou que representa essa entidade no Consema e que, na gestão anterior, assim procedeu na condição de suplente; o representante da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Daniel Joseph Hogan, declarou ser demógrafo-sociólogo, presidente do Condema de Campinas e coordenador do Núcleo de Pesquisas Ambientais da Unicamp e realizar pesquisas sobre aspectos relacionados aos recursos hídricos, em especial aos rios Piracicaba e Capivari; o representante da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Waldemar Sandoli Casadei, declarou ser engenheiro civil, trabalhar há trinta anos nessa área, Ter sido prefeito do Município de Lins durante o Governo Montoro e coordenar, enquanto Secretário Adjunto, o Projeto de Despoluição do Rio Tietê; o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Antonio Fernandes Pinheiro Pedro, declarou ser advogado e participar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do Conselho há alguns anos; o representante das entidades ambientalistas da Baixada Santista, Condesmar Fernandes de Oliveira, declarou militar no movimento ambientalista há alguns anos. Concluídos esses pronunciamentos, o Presidente declarou empossados todos os conselheiros. Em seguida, o Secretário Executivo solicitou ao Presidente que considerasse aprovada a Ata da 35ª Reunião Extraordinária, dispensando-se sua leitura, conforme faculta o regimento, e, ao ver atendida essa solicitação, informou aos conselheiros que qualquer pedido de retificação deverá ser encaminhado, por escrito, à Secretária Executiva, no prazo regulamentar de quarenta e oito horas. Os conselheiros Antonio Fernando Pinheiro Pedro, Helena de Queiroz Carrascosa Von Glehn, Rubens Harry Born, João Paulo Capobianco e José Pereira de Queiroz Neto encaminharam pedido de inversão de pauta. O representante da OAB solicitou que fossem apreciadas em primeiro lugar as questões ligadas à situação da SMA e as propostas formuladas para solução dos seus problemas – itens 8 e 9 da pauta--, justificando esse pedido com os seguintes argumentos: ser o princípio de participação a diretriz mais importante na gestão ambiental e que esse princípio se objetiva pela presença dos órgãos colegiados na formulação das políticas ambientais; constituir o Consema o mais importante órgão colegiado do país e ser fundamental para o cumprimento de sua função constitucional, que ele possa apreciar as decisões tomadas pela SMA, necessitando, para isso, de todas as informações acerca dessas questões, principalmente tendo em vista a grande renovação ocorrida no seu interior. A conselheira Helena de Queiroz Carrascosa von Ghlen declarou apoiar a formulação feita pelo representante da OAB e solicitou que, imediatamente após a apreciação das questões apresentadas nesses dois itens, se passasse à apreciação da proposta constante do item 11, argumentando que sua aprovação constituía a condição necessária para que o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA passasse a funcionar regularmente. O conselheiro José Pereira de Queiroz Neto declarou que sua solicitação de inversão dos itens da pauta encontrava-se contemplada pelo pedido formulado pelo representante da OAB. Manifestou-se, então, o conselheiro Rubens Harry Born, argumentando constituir um compromisso da representação ambientalista com as próprias entidades despender todo o esforço necessário para que o Consema passe realmente a formular políticas ambientais para o Estado de São Paulo, razão por que considera relevante que o Colegiado fique esclarecido acerca da situação da SMA, dos seus problemas e das propostas de solução existentes. Em seguida solicitou que lhe fosse concedida a oportunidade de relatar, sucintamente, as atividades desenvolvidas pela Comissão Especial que trata da Convenção sobre Mudanças Climáticas, cujo relato deveria constar da pauta desta reunião, o que só não ocorre por culpa exclusivamente sua. O conselheiro João Paulo Capobianco declarou ter sido seu pedido de inversão contemplado nas solicitações formuladas pelos representantes da OAB e da CPRN; entretanto, pedia que fossem incluídos mais dois novos itens na pauta, referentes à análise e à aprovação de propostas de duas moções: uma acerca da medida provisória regulamentando a criação do Conselho Nacional de Recursos Naturais Renováveis – Conaren e outra sobre o Decreto Federal nº 750, que trata da Mata Atlântica. E solicitou que fosse também apreciada proposta de criação de uma Comissão Especial para acompanhar o processo de regulamentação do Conaren, informar o Plenário a seu respeito e negociar com o Executivo Federal e com o Congresso Nacional propostas de solução. Solicitou, ainda, esse conselheiro que, se aprovado esse pedido de inclusão, dada a urgência em se resolverem essas questões, sua apreciação passasse a constituir o item nº 4 da pauta. Depois de o Presidente do Conselho determinar que se procedesse a inversão da pauta, o conselheiro João Paulo Capobianco justificou o pedido que formulara de inclusão de duas novas questões com os seguintes argumentos, que o Conselho de Recursos Naturais Renováveis – Conaren esvaziaria o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, que tem funcionado como espaço de articulação dos vários setores; que, ao chegar a essa reunião, fora surpreendido com a notícia de que o Governo Federal enviara ao Congresso Nacional uma medida provisória regulamentando o Conaren; que, levando em conta ser o tempo político um dado fundamental, resolveu encaminhar essa sugestão de que seja apreciada, ainda durante esta reunião, uma proposta de moção a ser enviada ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, contestando o processo de regulamentação que está sendo adotado; e, no que diz respeito à proposta relativa ao Decreto Federal nº 750/93, sobre a Mata Atlântica, apesar de já ter-se verificado uma significativa mudança na atitude autoritária da Superintendente do Ibama no Estado de São Paulo, propunha que, mesmo assim, o Consema se manifestasse através de uma moção. Interveio o Presidente do Conselho lembrando que uma medida provisória possui efeito imediato e que, por este motivo, a moção referente ao Conaren deveria ser enviada, o mais rapidamente possível, aos líderes partidários. Declarou, ainda, que, quanto ao decreto sobre a Mata Atlântica, fora informado da ocorrência de uma movimentação no Congresso Nacional visando introduzirem-se nele alterações substanciais, e que, em função dessa mobilização, que decorre da existência de interesses políticos em mudar-se substancialmente esse decreto, sugeria fosse encaminhada essa moção, se aprovada, a todos os governadores de Estado. Submetida à apreciação essa proposta, ocorreram duas manifestações: a do conselheiro Marco Antonio Mróz, pronunciando-se favoravelmente à inclusão desses dois itens na pauta, mas contrário a que se procedesse mais uma inversão nos itens da pauta, e a da conselheira Dalva Christofolletti, abstendo-se de posicionar-se em relação a essas questões. Colocado em votação o pedido de inclusões, ele foi aceito nos termos propostos pelo conselheiro João Paulo Capobianco. Em seguida, o Secretário Executivo passou a oferecer uma série de informações: existir, além das questões que compunham a pauta da reunião e dos assuntos que acabavam de ser incluídos, um grande número de pendências a serem encaminhadas ao Plenário; ter o Presidente do Conselho ordenado deverem todas essas questões serem preparadas e incluídas na pauta de discussão o mais rapidamente possível; haver encaminhado aos conselheiros uma ficha para ser preenchida com dados para o envio de correspondência e um ofício informando sobre as regras de funcionamento do Conselho e solicitou a todos que se manifestassem acerca do horário em que se realizam as reuniões, tendo sido mantida a decisão tomada a esse respeito pelo grupo que compunha anteriormente o Colegiado; ter sido a Secretaria Executiva informada, através de ofício, sobre um requerimento apresentado pela Vereadora Amélia Naomi à Câmara Municipal de São José dos Campos, protestando contra a prática de exercícios de tiros no Arquipélago de Alcatrazes, o qual fora aprovado por unanimidade por ocasião da Sessão Ordinária realizada, naquela Casa, em 28 de março último (lembrou o Secretário Executivo, nessa ocasião, que o Consema já havia tomado uma decisão a esse respeito, a qual se encontra consubstanciada na Deliberação Consema 04/94); ter sido encaminhado pelo Presidente da OAB, José Roberto Egydio Piza Fontes, um ofício acusando o recebimento da correspondência que encaminhava a Deliberação Consema 053/94 e informando ter sido esta última enviada à Comissão de Meio Ambiente daquela Casa, para que tomasse providências necessárias; ter sido encaminhado, pelo Procurador-Geral de Justiça, José Emmanuel Burle Filho, um ofício informando sobre algumas providências tomadas acerca da implantação da obra “Corredor Viário Centro-Sul/Parque do Ibirapuera”; ter sido encaminhado, pelo Procurador-Geral do Estado Dirceu José Vieira Chrysostomo, um ofício informando que o grupo de trabalho criado para estudar a viabilidade da proposta de constituição da Procuradoria do Meio Ambiente já havia concluído seus trabalhos e que a minuta de projeto de lei complementar por ele elaborada já havia sido aprovada pelo Egrégio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Conselho daquela Procuradoria Geral do Estado; e, por último, ter sido distribuído o relatório exigido mensalmente ao DEPRN sobre desmatamentos (cópias de todos esses documentos fazem parte da pasta da 98ª Reunião Ordinária). Depois de serem oferecidas essas informações, o conselheiro João Paulo Capobianco solicitou fosse registrada em ata manifestação de elogio ao DEPRN por ter cumprido essa determinação do Consema, a qual contribui para que haja transparência na gestão ambiental do Estado de São Paulo. Interveio, nessa oportunidade, o Presidente do Conselho comunicando a chegada da Secretária Adjunta, Stela Goldenstein, e informando que com ela dividirá a presidência do Conselho. Passou-se, então, à apreciação do primeiro ponto da pauta, pronunciando-se, em primeiro lugar, para apresentar dados sobre a estrutura do Gabinete do Secretário e algumas mudanças nele implementadas, a Secretária Adjunta, Stela Goldenstein. Em linhas gerais foi este o seu pronunciamento: que a estrutura antes implantada era pouco ágil, razão por que algumas de suas atribuições estavam atrofiadas – especialmente as que diziam respeito ao acompanhamento das metas ambientais a ao aspecto orçamentário --, com exceção daquelas relativas ao acompanhamento financeiro; que, por esses motivos, houve a necessidade de transformar o Gabinete em um órgão que fosse catalisador de toda a Secretaria e, ao mesmo tempo, dotado de uma estrutura de controle. Em segundo lugar, fez uso da palavra o arquiteto Eduardo Trani, coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA, que apresentou, em um primeiro momento, os resultados do diagnóstico realizado nessa área (ausência de metas, existência de projetos sem prioridade, estrutura constituída como se fosse uma colcha de retalhos, ocorrência de “personogramas”, ausência de diretrizes para o planejamento ambiental, prioridade ao licenciamento e à fiscalização, dificuldades administrativo-financeiras, descontinuidade de projetos, desequilíbrio na infra-estrutura e em nível de pessoal e, por fim, baixa eficiência na consecução das metas globais) e, em seguida, as novas metas elaboradas para ela, declarando serem estas mais atuantes e mais coordenadas, na medida em que levam em conta as importantes mudanças estruturais feita, como por exemplo, a saída de dois departamentos da área: o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA e o Departamento do Uso do Solo Metropolitano – DUSM. Esclareceu, ainda, que a nova proposta formulada fortalecerá a SMA, na medida em que fortalecerá o planejamento estratégico, e, em última análise, o próprio sistema, uma vez que essa função importante que a Secretaria vinha realizando de modo incipiente será reforçada pela nova administração. Informou também que, além do planejamento estratégico, caberá à CPLA: coordenar o processo de descentralização da gestão ambiental, articulando Estado/municípios e ONGs; implantar um programa de gestão ambiental descentralizada, com fóruns regionais e agenda comum; promover a articulação interna, tendo em vista também uma agenda comum; efetivar as ações em andamento no litoral e no interior, ligadas ao Programa de Recuperação Ambiental da Represa de Guarapiranga, aos recursos hídricos, a Baixada Santista, à metropolização, ao programa de desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, ao macro Mogi-Pardo e às APAs; agilizar os sistemas de recursos hídricos e de saneamento ambiental – comitês e planos de bacia/cobrança, saneamento ambiental, Lei 7750/92 etc. Oferecidas essas informações, o assistente-executivo da Coordenadoria de Educação Ambiental – CEAM, José Flávio de Oliveira, em nome do coordenador Germano Seara Filho, que, por ser também Secretário Executivo do Consema coordenava a reunião, fez a seguinte explanação: que a estrutura da CEAM estava defasada em relação às práticas realizadas; que o atendimento da demanda se dava através de projetos pontuais; que as atividades eram realizadas de forma descolada do sistema ambiental; que 50% dos funcionários foram demitidos (Baneser e Fundação Florestal); que vem ocorrendo, nos últimos meses, um isolamento físico da coordenadoria; que se buscou superar essas dificuldades; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

se iniciou contato com diversos órgãos da SMA; que a coordenadoria foi remontada tendo como base uma proposta concreta de ação; que se procurou recompor os recursos humanos perdidos; que se instituíram instâncias de participação coletiva – Conselho Editorial e Conselho de Representantes para Educação Ambiental – CREAM –, compostas por representantes de diversos órgãos da SMA e fora dela; que a coordenadoria assumiu a biblioteca da SMA com o propósito de torná-la o órgão central do sistema de bibliotecas da SMA; que formulou o texto básico do Programa Estadual de Educação Ambiental, cuja discussão se iniciará; que se realizaram seminários internos visando à recapitação do corpo técnico da coordenadoria para atuar com uma nova postura e discutir os temas básicos colocados pela Agenda 21; que a coordenadoria está participando do Programa da Biodiversidade, das discussões acerca de projetos de reciclagem de resíduos, da Operação Inverno, do Programa de Regionalização (CEAM/CPLA) e do Programa Guarapiranga. Em seguida, a coordenadora da Coordenadoria de Licenciamento e Proteção dos Recursos Naturais – CPRN, Helena de Queiroz Carrascosa Von Ghlen, apresentou sobre essa área os seguintes dados: Pontos Críticos – sua estrutura organizacional, incapacidade de atendimento da demanda (quadro funcional inadequado – quantidade e qualidade – e infra-estrutura insuficiente – material e tecnológica), falta de consolidação dos instrumentos legais e não-avaliação da efetividade das ações empreendidas (ganho ambiental); Consequência: duplicidade de atuação, divergência no tratamento de situações semelhantes, ausência de diretrizes estratégicas, definição de prioridades de ação isoladamente por áreas; morosidade nas respostas, ação restrita e extemporânea do licenciamento, fiscalização e controle ambiental; imagem externa de “balcão burocrático”, forte pressão externa, falta de transparência e de agilidade no fornecimento de informações, dificuldades operacionais na aplicação da legislação, respostas diferentes para situações semelhantes, perda de credibilidade no Sistema Ambiental (SMA), impossibilidade de avaliação de custo X benefício, falta de acompanhamento e fiscalização das medidas mitigadoras e falta de avaliação da eficiência e eficácia das medidas mitigadoras; Soluções Propostas: implantação de um Sistema Integrado de Licenciamento e Fiscalização (DEPRN, DUSM, DAIA, Cetesb e PFM), administração por programas, articulação, planejamento e controle ambiental, unificação e sedes regionais; revisão de procedimentos visando simplificar, racionalizar, agilizar, descentralizar e regionalizar, estabelecimento de parcerias para o licenciamento, a fiscalização, o fomento florestal e a consultoria, informatização do sistema e dotação de uma infra-estrutura adequada, revisão e aperfeiçoamento da legislação estadual, compatibilização da legislação estadual e federal, transferência das atribuições da União para o Estado e do Estado para o Município, treinamento de técnicos e policiais florestais, auditoria interna e externa e revisão dos fluxos e procedimentos de licenciamento e fiscalização, de forma a garantir um efetivo ganho ambiental. O representante da Polícia Militar fez o seguinte pronunciamento: que dirige a Polícia Florestal de todo o Estado; que a Polícia Florestal e de Mananciais é um órgão seccional do Sisnama; que quase 2 mil homens trabalham na gestão ambiental e proteção dos recursos naturais; que sua incumbência é poder/dever de fazer a repressão dos delitos no meio ambiente; que existem grandes conflitos ligados a empreendimentos de grande porte e à demanda social – loteamentos, mineradoras, areeiras, culturas, barragens e pesca intensiva; existirem as situações particulares dos mananciais, das Unidades de Conservação do Vale do Ribeira e outros; que a estrutura legal é geradora de conflitos; que se trata de um órgão de fiscalização e o que se pretende fazer é diferente do que se pode fazer; existir uma baixa produtividade, pois um homem motorizado pode olhar e prevenir mais que um homem a pé; que isso começa a trazer maior número de danos para a fauna e a flora; e que está havendo um maciço investimento. Em seguida, o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

coordenador da Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, Antonio Carlos Joly, apresentou a estrutura dessa área – três grupos técnicos, uma área administrativa e três institutos – e suas atribuições, que são orientação, controle, comando e execução das atividades técnicas e científicas relacionadas com a pesquisa dos recursos naturais. Fez ainda as seguintes observações: que antes não existia integração entre essa coordenadoria e os institutos de pesquisa e que, por esse motivo, sua atuação se dava de maneira pontual, o que representava um problema muito grande, à medida que se fazia e se faz necessário trabalhar de forma integrada; que a CINP também não possuía ferramentas que permitissem fazer um diagnóstico do Estado, o que dificultava sua colaboração com os demais órgãos da Casa; que, em alguns momentos, os recursos financeiros mal-utilizados – os da KfW, por exemplo, da ordem de 30 milhões de marcos --, porque não foi possível viabilizar uma proposta técnica que desse direito a esses recursos; que a estrutura do Programa de Biodiversidade – Probio pode funcionar como o ponto de partida para que se efetive uma articulação conjunta entre os órgãos da Casa; que são necessários organizarem-se bancos de dados para que a Casa possa utilizá-los; que, a partir do Probio, ocorreu uma evolução na perspectiva de uma proposta organizada – com programa definido, parceiros definidos, sendo possível colocá-la em discussão com outros setores para torná-la exequível; que, em relação ao Projeto KfW, por um lado foi criado um grupo de direção que envolve todos os coordenadores, os quais são responsáveis por todos os projetos que envolvem compromisso com órgãos internacionais, e, por outro, foi enviada uma nova versão dele à missão alemã, a qual, aparentemente, foi bem aceita. Em seguida, pronunciou-se o diretor do Instituto Florestal, Clayton Lino, nos seguintes termos: que é muito antiga – possuindo mais de cem anos – a estrutura desse órgão; que ele administra as unidade de conservação, os parques ecológicos e as estações experimentais, que representam 3% do território do Estado de São Paulo; que as atividades estão concentradas no trinômio pesquisa, conservação e produção; que esse trinômio é acrescido pelas atividades de educação ambiental; que se tem hoje o primeiro diagnóstico da situação, através do qual se constatou a existência de problemas gerenciais; que há deficiência de pessoal – existe hoje um número menor de funcionários do que há vinte anos atrás; que foram demitidos ultimamente trezentos funcionários, os quais estão sendo substituídos por parcerias com as ONGs e com as prefeituras; que as lacunas causadas por essas demissões surgiram nas áreas mais problemáticas; que as propostas básicas que estão sendo encaminhadas dizem respeito à reestruturação do Instituto Florestal; que se está tentando promover a integração de suas áreas, a capacitação técnica do pessoal e reestruturá-lo de modo a que se torne uma autarquia; que o maior trabalho que se tem pela frente, dada a sua importância, como reconhece o próprio Secretário do Meio Ambiente, é o de promover a articulação entre esse instituto e a Fundação Florestal, pois ambos têm a mesma função; que se luta também por um planejamento estratégico para estudarem-se os cenários, incluam-se as ilhas e realizar-se um trabalho direto com as comunidades, pois 70% das áreas de conservação ainda não se encontram sob a jurisdição do Estado. Oferecidas essas informações, manifestou-se a diretora do Instituto Geológico, Márcia Pressinotti, nos seguintes termos: que o IG é um órgão vinculado à Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental – CINP e desenvolve pesquisas ligadas ao setor ambiental na área de geologia física; que desenvolve estudos e pesquisas, atende às demandas relativas a ocupações no meio físico; que esse instituto desenvolveu uma atuação voltada à realização de estudos governamentais, que nessa área, tendo em vista o planejamento, ele elabora cartografias que focalizam os problemas ambientais decorrentes da ocupação da área territorial, da exploração dos recursos minerais e da sua conseqüente degradação; que, além disso, o IG atua na região do litoral, identifica problemas de risco



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

geológico, como escorregamentos, e de riscos decorrentes do tipo de ocupação; que trabalha também, para fins de planejamento, na área do litoral, igualmente identificando ocorrências de problemas de risco; que o instituto estabelece metodologia para identificação de contaminação das águas subterrâneas e elabora cursos para transferência desse tipo de conhecimento; que desenvolve com a Cetesb um estudo de identificação de contaminação por resíduos sólidos na RMSP; que atua com o Petar na área de conservação, faz levantamentos para fins de manejo da área de conservação; que as principais dificuldades enfrentadas não diferem daquelas com que se defrontam os demais institutos de pesquisa do Estado e se concentram mais na área de recursos humanos, com a qual está sendo realizado um trabalho de recapacitação; e finalmente, que, para superar as dificuldades, está-se buscando parceria com a SMA e os interlocutores locais. O diretor do Instituto de Botânica ofereceu os seguintes esclarecimentos: que a missão institucional desse instituto já reflete as mudanças ocorridas nos últimos quatro meses e que os trabalhos desenvolvidos para a recuperação de áreas degradadas já refletem o novo tipo de conhecimento adquirido nos últimos anos; que além de atuar nesse campo, esse instituto trabalha também na área de especialização, através da realização de cursos e estágios; que, com relação ao pessoal, possui esse instituto hoje aproximadamente quatrocentos funcionários, a maioria efetiva, concursada, além de uma boa percentagem de estagiários; que, por esses motivos, não houve problema, nesses últimos meses, com corte de pessoal; que um quarto dos funcionários são pesquisadores, trabalhando os demais em áreas de apoio; que a maior parte dos pesquisadores tem mestrado e doutorado; que, para executarem-se as funções, dispõe-se de uma frota deteriorada que precisa de reparo; que as várias obras que se encontram paralisadas pertencem ao núcleo de lazer do Jardim Botânico, com o objetivo de que ele se torne um local apropriado para desenvolver trabalhos de educação ambiental; que 140 mil pessoas visitam anualmente o Jardim Botânico; que o instituto enfrenta problemas específicos, como uma grande resistência por parte de um grande número de pessoas, em trabalhar vinculadas ao Estado, por ser mau pagador, e que essa recusa traz decorrências para o dia a dia do instituto; que as obras inacabadas são, por exemplo, uma decorrência dessa atitude; que, se fosse possível, dever-se-ia mudar o regime jurídico dos institutos, permitindo que os investimentos pudessem ser utilizados de forma mais rápida e eficiente; e, finalmente, que é preciso melhorar o perfil das parcerias, pois se está dando mais do que recebendo. O diretor da Cetesb, Alfred Szwarc, fez um pronunciamento nos seguintes termos: que a companhia é hoje resultado do descalabro administrativo, demonstrando, na prática, o que uma “desadministração” pode fazer com uma empresa pública, pois, para se ter uma idéia, até telefones existem penhorados; que se está procedendo um enxugamento, porque os problemas que se têm enfrentado há anos vêm solapando a capacidade da Cetesb; que se detectaram problemas de corrupção ao se cobrar concessão de licenças; que, pela sistemática de loteamento de cargos adotada através de uma política regional, os gerentes não atendiam a Cetesb, e sim, padrinhos políticos; que esse é um problema que está sendo superado, embora eles ainda ocorram em algumas unidades regionais; que outro problema sério, ode uma centralização excessiva, tinha lugar na Diretoria do Interior, e a Diretoria de Transferência de Tecnologia, por sua vez, possuía duzentos e cinquenta funcionários, dos quais duzentos foram despedidos e os cinquenta que permaneceram são suficientes para realizarem os trabalhos relativos a essa unidade; que a dívida da Cetesb é de 80 milhões de reais, inclusive com pendências trabalhistas e com o fundo de garantia, pois, desde agosto, o dinheiro correspondente a esse fundo não vinha sendo depositado; que a capacidade dos laboratórios foi bastante diminuída, limitada, e se está despendendo todo o esforço necessário para recuperá-la; que todos esses problemas não são fruto de descaso, mas de uma armação articulada,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

orientada, com o objetivo de sucatear a Cetesb e dar seu lugar a empresas privadas; que houve um grande empenho, por parte do Secretário, para buscar recursos e recapacitar a rede telemétrica dessa empresa; que as futuras perspectivas da Companhia são desenvolver um plano estadual de recursos sólidos, trabalhar com a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras – SRHSO e recapacitar os funcionários, cobrando deles maior responsabilidade e lhes dando maior autonomia. Oferecidos esses esclarecimentos, o Presidente do Conselho fez a seguinte intervenção: que as exposições poderiam ter sido feitas de maneira menos burocrática, pois, por exemplo, se deveria ter dito que havia na Cetesb uma “igreja evangélica”; que as contas dessa companhia não estavam sendo pagas há quatro meses; que o orçamento da SMA é pequeno em relação ao do Estado, mas que são poucas as instituições no mundo que possuem o número de funcionários de que dispõe; que pretende trabalhar lado a lado com o Conselho e que solicitará sua colaboração para orientar a Secretaria sobre como usar seus recursos financeiros; que está sendo elaborado pela SMA um documento que oferecerá o número exato dos funcionários existentes em cada área; que se está fazendo uma reengenharia do Estado e que já foram eliminadas, por exemplo, excrescências como a existência de mais de quarenta fontes pagadoras, duplicidade de funções, excesso de funcionários em determinadas unidades, como era o caso, por exemplo, da Diretoria Administrativa da Cetesb, na qual estavam alocadas mais de duzentas pessoas; que se pretende criar e implementar mecanismos para que haja transparência sobre o modo como os recursos serão utilizados; que, por exemplo, havia cidades com dois viveiros, duas delegacias – uma da Cetesb e outra do DEPRN – e que essas unidades não se comunicavam entre si; que não haverá daqui por diante, por exemplo, uma educação ambiental da Cetesb, uma educação ambiental do IF, e sim, uma educação ambiental do SMA; que se têm ótimos técnicos, ótimos funcionários, mas que nem sempre eles estão preparados para agir; que a SMA perdeu mil funcionários, oitenta e oito telefones, e que este é, sem dúvida, um período difícil, traumático, pois não é nada fácil tomarem-se decisões como a de demitir funcionários; que houve necessidade, entretanto, de adotarem-se medidas como essas e que elas estão sendo orientadas por critérios bem definidos e que a motivação de todas elas foi o caos administrativo que grassava, que gerou, entre outras seqüelas, uma dívida maior do que a do México; que estão sendo elaborados, para serem implantados, dez programas prioritários, os quais, depois de devidamente desenhados, serão discutidos com esse Colegiado e com as ONGs; que a falta de preparo e de organização obrigou que fossem devolvidos, pela administração anterior, um milhão e seiscentos reais a instituições, por não terem sido definidos e desenvolvidos programas capazes de utilizá-los, embora existam setores que necessitem urgentemente de recursos, como a Mata Atlântica por exemplo. Concluído esse pronunciamento, o representante da OAB declarou ter o Secretário feito o discurso que gostaria de ouvir e que esperam seja responsabilizado os administradores que causaram esse ônus ao Estado. E, depois de parabenizar o Coronel da Polícia Militar, que, em nome dessa organização prestou contas ao Consema, considerou que das cento e cinquenta reuniões, inclusive de comissões especiais, realizadas pelo Consema durante 1994, resultaram a elaboração de políticas prioritárias, como, por exemplo, a de avaliação estratégica, em vias de ser implementada pela Secretaria. Depois de o Secretário Executivo ter informado que não se encontrava presente nenhum representante da Fundação Florestal, os conselheiros Rubens Harry Born, José Marcelino de Rezende Pinto, José Pereira de Queiroz Neto e Condesmar Fernandes de Oliveira formularam algumas questões, tendo-lhes sido oferecidos, pelos expositores, os seguintes esclarecimentos: que, por problema financeiro, não foi possível à Cetesb continuar pagando a empresa de consultoria responsável pela elaboração do plano sobre resíduos sólidos; que, como o gerenciamento realizado pela Cetesb será feito a partir do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

critério das bacias hidrográficas, priorizar-se-á a superação dos problemas existentes no litoral e na região metropolitana relativos à disposição inadequada dos resíduos sólidos; que a CINP está elaborando o texto do Probio, ao qual estão sendo incorporados os resultados das discussões realizadas interna e externamente, e que esse texto será encaminhado a todos os membros do Consema, pois, como um programa da SMA, ele deve possuir o certificado do Colegiado; que o Instituto Florestal recebe, em média, um milhão e duzentos mil visitantes por ano e que se está investindo em vários núcleos para que sejam dotados de infra-estrutura necessária e para regulamentar-se esse tipo de uso; que estão sendo ministrados alguns cursos para que o pessoal do entorno fique mais bem-informado sobre a forma de utilização desses equipamentos; que os parques devem ser considerados fontes de recurso para a região; que a questão da regularização fundiária é extremamente grave e que a Procuradoria Geral do Estado criou um grupo interno para discutir essa questão; que estão sendo analisados os diferentes perfis de parceria e o seu estabelecimento de modo menos burocratizado, inclusive as que serão acordadas com as ONGs; que, em relação às instituições, têm-se firmado protocolos; que está sendo despendido esforços para que a Consultoria Jurídica participe da elaboração dos programas, para que, com seu auxílio, possam ser evitados possíveis erros jurídicos; que serão promovidos seminários e debates para que os funcionários possam compreender os aspectos técnicos da legislação sobre convênios e parcerias; que as ONGs serão convidadas a participar desses seminários; que o governo terá de realizar um trabalho no sentido de compatibilizar as diferentes legislações; que se pretende propor, não só para o Consema, mas para o Estado como um todo, a discussão do papel da SMA; que seus dirigentes atuais acreditam ser o seu papel coordenar de forma democrática a sustentabilidade e que suas posições até agora não têm tido esse caráter; que se esteve ultimamente com os prefeitos do Vale do Ribeira e do Litoral Norte e que se percebeu constituir-se o perfil tributário no maior problema, pois ele torna os municípios insustentáveis economicamente; que se pretende que os diversos atores ambientais se preparem de modo antecipado em relação aos problemas; que se está tentando realizar alguns projetos em comum com a Secretaria dos Recursos Hídricos e que, apesar de não se chegar a um posicionamento ideal, se está assim mesmo criando condições de sustentabilidade; que esse objetivo poderá não se realizar nos próximos quatro anos, mas que mesmo assim se deixará internalizada na sociedade brasileira esta perspectiva; que a SMA deve desempenhar um papel catalisador, não de modo burocrático nem autoritário; que ela tem condições de formular, junto com a sociedade, as diretrizes de sustentabilidade; que, quando os programas forem discutidos, essas diretrizes ficarão claras; que estão sendo agendadas, com as outras Secretarias, reuniões para proceder-se uma negociação tendo em vista sustentabilidade; que, por exemplo, a questão da saúde é prioritária e esta é a razão que leva a SMA a promover a Operação Inverno; que é preciso abrir essa negociação com esses atores sociais e se criarem as condições para que esse processo se realize; que a relação da SMA com o Consema não deve ser uma via de mão única, pois ela está aberta para receber propostas; que se pretende lutar para que no interior da SMA não haja posições diferentes sobre uma mesma questão; que estão sendo realizadas audiências públicas no interior do Estado, duas acontecerão no próximo final de semana e se pretende percorrer o Estado inteiro; que durante toda a semana passada ficou-se discutindo referências comuns para todos os programas e que, procedendo-se assim, pretende instaurar uma nova forma de administrar; que se pretende também decodificar todas essas informações e colocá-las à disposição de toda a sociedade; que o Consema deve fazer também uma autocrítica, por não ter fiscalizado o uso do orçamento; que o processo de escolha dos gerentes das regionais foi técnico, pois foram escolhidos funcionários de carreira e não houve



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nenhuma interferência política; que pelas repercussões tidas, todas as escolhas feitas foram adequadas. Oferecidos esses esclarecimentos foi colocada em votação a proposta de moção encaminhada pelo conselheiro João Paulo Capobianco, a qual, submetida à apreciação, foi aprovada por aclamação, tendo resultado na seguinte decisão: “Moção Consema 01/95. De 3 de maio de 1995. 98ª Reunião Plenária Ordinária do Consema. Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Dr. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho. O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 98ª Reunião Plenária Ordinária, dirige-se a Vossa Excelência para manifestar preocupação com os procedimentos adotados pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no que diz respeito à regulamentação do Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis – Conaren, criado pela Medida Provisória nº 813/95, a qual foi reeditada pela Medida Provisória nº 931/95 e, novamente, reeditada pela Medida Provisória nº 987 de 28 de abril de 1995. A despeito da importância que terá o Conaren no estabelecimento de políticas governamentais para os setores florestal, pesqueiro e da borracha, sua proposta de regulamentação, constante da minuta de Decreto Federal elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e informalmente divulgada, não foi objeto de análise dos órgãos públicos dos diferentes níveis da Federação integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, entre os quais se inserem o Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e dos setores empresariais e não-governamentais. Esse Decreto Federal, caso venha a ser editado pelo Excelentíssimo Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, na forma apresentada pela citada minuta, significará um retrocesso na gestão ambiental no país, na medida em que retira competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, instituído pela Lei nº 6938/81, reduzindo dramaticamente a importância desse Colegiado, que possui uma longa história de bons serviços prestados à nação, obtidos através da busca permanente de soluções negociadas entre os diferentes setores envolvidos com a gestão ambiental. Acrescente-se a esse relato o fato que, na forma como proposto, o Conaren não contará com a participação do setor empresarial e, no caso das organizações não-governamentais, sua participação dependerá de critérios que sequer constam da minuta de Decreto, remetendo-se ao Regimento Interno a ser futuramente elaborado. Consideramos, portanto, que a regulamentação do Conaren, na forma como proposta, contraria os avanços obtidos nos últimos anos no que se refere à formulação e à implementação de políticas públicas em nosso país e é incoerente com a ampla participação da sociedade civil na gestão ambiental, prevista nos compromissos assumidos pela Conferência da ONU no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92), em especial pela Convenção da Biodiversidade e pela Agenda 21. Pelo exposto, solicitamos ao Senhor Ministro que a regulamentação do Conaren seja objeto de uma discussão prévia no Conama, como forma de garantir que os setores governamentais e não-governamentais possam contribuir para o aperfeiçoamento desse processo. Fábio Feldmann – Secretário do Meio Ambiente – Presidente do Consema.” Em seguida, o conselheiro João Paulo Capobianco apresentou uma proposta para criação de uma Comissão Especial com o objetivo de acompanhar o processo de discussão de criação do Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis – Conaren, a qual, tendo sido aprovada por unanimidade, resultou na seguinte decisão: “Deliberação Consema 01/95. De 3 de maio de 1995. 98ª Reunião Plenária Ordinária. O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 98ª Reunião Plenária Ordinária, resolveu criar uma Comissão Especial, formada pelos representantes da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência – SBPC, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais – CPRN e pelos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representantes de entidades ambientalistas João Paulo Capobianco e Condesmar Fernandes de Oliveira, com a finalidade de acompanhar as discussões acerca da criação do Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis – Conaren, negociar com o Executivo Federal e com o Congresso Nacional as melhores soluções e manter o Plenário informado sobre o andamento desse processo. Essa Comissão Especial deve também formular propostas para o Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama. Fábio Feldmann – Secretário do Meio Ambiente – Presidente do Consema”. Em seguida, o representante da OAB solicitou aos novos conselheiros que examinassem as propostas de reformulação das Câmaras Técnicas e trouxessem sugestões sobre a inserção dos órgãos que representam naquelas câmaras que acharem mais adequadas. Depois de o Secretário Executivo ter informado que as próximas reuniões ordinárias serão realizadas nos dias 21 de junho e 19 de julho, o Presidente do Conselho interveio, agradecendo a presença de todos e informando que possui uma proposta de regionalização do Consema, mas que, para que seja mais bem elaborada, ela não será imediatamente apresentada. Ponderou, ainda, que o conflito no interior do Conselho continuará existindo, pois é característico da natureza de um Colegiado como esse. E, por nada mais ser tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.